

***SPI Sociedade para
Participações em
Infraestrutura S.A.***

Demonstrações contábeis referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2023

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.499	4.112	Obrigações fiscais		1	5
Despesas antecipadas		33	-	Contas a pagar - partes relacionadas	6	120	8
Impostos a recuperar	5	62	42	Total do passivo circulante		121	13
Total do ativo circulante		4.594	4.154				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Despesas antecipadas		53	-	Capital social	8	22.507	22.507
Total do ativo não circulante		53	-	Prejuízos acumulados		(17.981)	(18.366)
				Total do patrimônio líquido		4.526	4.141
TOTAL DO ATIVO		4.647	4.154	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.647	4.154

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro exercício líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	9	(21)	(6)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		-	54
PREJUÍZO/LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(21)	48
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10	519	455
Despesas financeiras	10	(24)	(22)
		495	433
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		474	481
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11	(89)	(90)
LUCRO DO EXERCÍCIO		385	391
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	12	0,0171	0,0174

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	385	391
Total do resultado abrangente do exercício	<u>385</u>	<u>391</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES	<u>385</u>	<u>391</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		22.507	(18.757)	3.750
Lucro líquido do exercício	12	-	391	391
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>22.507</u>	<u>(18.366)</u>	<u>4.141</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		22.507	(18.366)	4.141
Lucro líquido do exercício	12	-	385	385
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>22.507</u>	<u>(17.981)</u>	<u>4.526</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		385	391
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido			
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		-	2
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Despesas antecipadas		(86)	-
Impostos a recuperar		(20)	(25)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(25)
Contas a pagar - partes relacionadas	5	112	(20)
Obrigações fiscais		1	2
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5)	-
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		-	(2)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		387	323
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		387	323
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO			
		4.112	3.789
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO			
		4.499	4.112

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

Senhores acionistas,

Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial, bem como as demais demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

A Administração

SPI SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES E INFRAESTRUTURA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPI Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A. (“Sociedade”), criada em 30 de abril de 2008, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para sua manutenção, bem como para a liquidação dos passivos contratados.

Em 3 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L. (“Participes”), controladora da SPI, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A. (“Abertis”), sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL (“Brookfield”), uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da SPI, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.1.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> .

A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

3.5 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

3.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para riscos tributários

A Sociedade é parte de processos judiciais. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelo valor de realização e/ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço.

3.9 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

3.10 Apuração do resultado

Os resultados das operações estão apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade avaliou e concluiu que não há impactos a ser refletidos uma vez que não possui empréstimos ou financiamentos vigentes.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se

aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos.

c) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Caixa e contas bancárias	2	61
Aplicações financeiras	4.497	4.051
Total	4.499	4.112

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de renda e contribuição social	46	42
Saldo negativo (b)	16	-
Total	62	42
Total do circulante	62	42

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora	120	-
Abertis Infraestrutura Finance BV	-	8
Total	120	8
Total do passivo circulante	120	8

7. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS E CÍVEIS

A Administração é de opinião que em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não era conhecido nenhum processo de natureza fiscal ou cível na qual a Sociedade é parte e que devesse ser refletida nas demonstrações contábeis.

Em 5 de fevereiro de 2013, foi aprovada em assembleia dos debenturistas a cessão da dívida antes pertencente a Participes em Brasil S.L.A. para a Abertis Infraestructuras S.A. e para a Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL. A mudança dos devedores provocou uma novação da dívida nos termos da lei brasileira e conseqüentemente a nova tributação do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. A Sociedade depositou em juízo e provisionou em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$36.162 (R\$33.827 em 31 de dezembro de 2022) e está discutindo

judicialmente o pagamento deste imposto por entender que a transação ocorrida não caracteriza uma nova operação financeira. A provisão está sendo apresentada líquida junto ao depósito judicial e como consequência não há impacto nas demonstrações contábeis, considerando que a Sociedade é um veículo para a captação de recursos e os devedores do contrato, Abertis Infraestructuras S.A. e Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, são os responsáveis pelas despesas com este imposto. Em 31 de dezembro de 2023 não havia decisão terminativa referente ao mérito objeto da discussão judicial.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões e, em 31 de dezembro de 2023 totalizam o montante de R\$12.901.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Sociedade estão sujeitas a revisões pelas Autoridades Fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e às contribuições federais (imposto de renda, contribuição social, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI) e estaduais (ICMS). Para o exame dos recolhimentos de contribuições previdenciárias, o prazo de prescrição é de cinco anos para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e de 30 anos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão vir a ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$22.507, representado por 22.506.527 ações ordinárias sem valor nominal:

	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Abertis Infraestructuras S.A.	11.478.329	51%
Brookfield Brazil Motorways Holding SRL	11.028.198	49%
	22.506.527	100%

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

9. DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

	31.12.2023	31.12.2022
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(14)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-	(2)
Publicações legais	(7)	(4)
Total	(21)	(6)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	3	1
Aplicações financeiras	516	454
Total	<u>519</u>	<u>455</u>
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesas financeiras:		
Outras despesas	(24)	(22)
Total	<u>(24)</u>	<u>(22)</u>

11. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2023 e 2022 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado é como segue:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	474	481
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(161)	(164)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	72	74
Total	<u>(89)</u>	<u>(90)</u>
Imposto contabilizado	(89)	(90)
Despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(89)	(90)
Total	<u>(89)</u>	<u>(90)</u>
Aliquota efetiva de impostos	(19%)	(19%)

12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	385	391
Número de ações durante exercício	22.507	22.507
Lucro por ação	<u>0,0171</u>	<u>0,0174</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa	Nível 2	1	4.499	4.499	4.112	4.112
			4.499	4.499	4.112	4.112
Passivo						
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	120	120	8	8
			120	120	8	8

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

* * *

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira
Diretor Presidente

Flavia Lucia Matioli Tâmega
Diretora

José Ricardo Bernardes Durante
Diretor de Controladoria

Anderson Rossi Mosna
Contador
CRC 1SP 257.150/O-7
